

ENTRE O DISCURSO E AS EVIDÊNCIAS NA DENDEICULTURA: INCLUSÃO SOCIAL E AGRICULTORES FAMILIARES NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Dalva Maria da Mota  

Embrapa Amazônia Oriental | Belém - PA - Brasil

Dérick Lima Gomes  

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

Heribert Schmitz  

Universidade Federal do Pará | Belém - PA - Brasil

Marcos Aurélio Santos da Silva  

Embrapa Tabuleiros Costeiros | Aracaju - SE - Brasil

submissão: 19/09/2022 | aprovação: 09/10/2023

RESUMO

Estudos registram usos da noção de inclusão social como discurso normativo de projeção de uma situação desejada, predominantemente em termos de renda, para grupos considerados excluídos e que necessitam superar situações de pobreza, a despeito das suas opções e motivações. Considerando a constatação, o objetivo do artigo é analisar uma política pública que objetivou a inclusão social por meio da produção de dendê por contrato entre um grupo de agricultores familiares e agroindústrias no nordeste do Pará a partir do ano 2010. Mais especificamente, contrastamos a ideia delineada na política com a situação percebida pelos agricultores familiares. A iniciativa derivou do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSOP). O estudo foi realizado nos municípios de Irituia, Garrafão do Norte e Moju, com observações e levantamento de dados secundários e primários. Ocorreram, entre 2016 e 2019, entrevistas com agricultores, lideranças sindicais, funcionários dos sindicatos e das empresas e pesquisadores. As conclusões mostram que há coincidência entre o propósito da política e dos entrevistados quanto ao emprego e à renda como indicadores de inclusão social. Há frustração quanto a melhorias, especialmente na infraestrutura e serviços, e à incipiente organização política e de poder para negociação por parte dos agricultores.

Palavras-chave: Dendê, Palma de óleo, Agricultura por contrato, Agricultura familiar.

**BETWEEN DISCOURSE AND EVIDENCE
IN OIL PALM CULTIVATION: SOCIAL
INCLUSION AND FAMILY FARMERS IN
THE EASTERN AMAZON**

ABSTRACT

Previous studies have shown how the concept of social inclusion is used as a normative discourse projecting a desired situation, predominantly in terms of income, for groups considered excluded and need to rise above poverty, despite their options and motivations. Considering this observation, the objective of this article is to analyze a public policy that sought social inclusion through oil palm production via contracts between a group of family farmers and agribusinesses in Northeastern Pará, beginning in the 2010s. More specifically, we compare the ideas outlined in the policy to the situation as perceived by family farmers. The initiative was derived from the National Biodiesel Production and Use Program (PNPB) and the Sustainable Oil Palm Production Program (PPSOP). The study was carried out in the municipalities of Irituia, Garrafão do Norte and Moju and incorporates information from observations and surveys of secondary and primary data. Interviews with farmers, union leaders, union and company employees, and researchers occurred between 2016 and 2019. The findings show agreement between the purpose of the policy and interviewees' testimonies in terms of employment and income. Results further show contrasts between expectations and improvements especially in infrastructure and services and low political organization and power for negotiation by farmers.

Keywords: Oil palm cultivation, Oil palm, Contract farming, Family farming.

**ENTRE EL DISCURSO Y LA EVIDENCIA EN
CULTIVOS DE PALMA DE ACEITE: INCLUSIÓN
SOCIAL Y AGRICULTORES FAMILIARES EN
LA AMAZONÍA ORIENTAL**

RESUMEN

Estudios registran usos de la noción de inclusión social como discurso normativo para la proyección de una situación deseada, predominantemente en términos de ingresos, para grupos considerados excluidos y que necesitan superar situaciones de pobreza, a pesar de sus opciones y motivaciones. El objetivo del artículo es analizar una política pública que tuvo como objetivo la inclusión social a través de la producción de palma de aceite por contrato entre un grupo de agricultores familiares y agroindustrias en el Nordeste de Pará a partir de la década de 2010. Más específicamente, contrastamos la idea esbozada en la política con la situación percibida por los agricultores familiares. La iniciativa se derivó del Programa Nacional para la Producción y Uso de Biodiesel (PNPB) y el Programa de Producción Sostenible de Palma de Aceite (PPSOP). El estudio fue realizado en los municipios de Irituia, Garrafão do Norte y Moju con observaciones y recolección de datos secundarios y primarios. Las entrevistas a agricultores, dirigentes sindicales, empleados de sindicatos y empresas e investigadores se realizaron entre 2016 y 2019. Las conclusiones muestran que existe una coincidencia entre el propósito de la política y los entrevistados: empleo e ingresos. Hay contrastes entre expectativas y mejoras especialmente en infraestructura y servicios y poca organización política y de poder para la negociación por parte de los agricultores.

Palabras clave: Palma africana, Aceite de palma, Agricultura por contrato, Agricultura familiar.

1. INTRODUÇÃO¹

O artigo trata do controverso tema da inclusão social em políticas públicas que incentivaram contratos de produção de dendê entre agricultores familiares e agroindústrias na Amazônia Oriental. Amparada no pressuposto normativo de que emprego e renda são sinônimos de inclusão social e promotores da superação da pobreza (Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] 2011), a iniciativa corresponde a uma divisão internacional do trabalho na qual Ásia, América e África são lugares de produção de dendê. No ranking mundial da produção de óleo de dendê, o Brasil ocupa a 8ª posição, com quase 3 milhões de toneladas (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura [FAO] 2021). Cerca de 90% da produção brasileira de dendê ocorre no estado do Pará, em aproximadamente 207.000 hectares, distribuídos entre 1.508 estabelecimentos de agricultores familiares; em 181, de médios produtores; e os demais em áreas de empresas. Os primeiros detêm 20% da área plantada, e as empresas, 80% (Brandão et al. 2018).

A dendecultura foi introduzida na região Norte por meio de sementes do dendezeiro (*Elaeis guineenses*), oriundas da Bahia em 1942 (Homma 2016). A sua expansão deu-se por meio de diferentes ações públicas e privadas nas últimas décadas

(Mota et al. 2019a), em um contexto mundial da produção de *commodities* para agrocombustíveis. Segundo Flexor et al. (2019: 270), trata-se de “políticas públicas inovadoras que buscam combinar a dimensão social com a econômica, incluindo metas sociais em políticas cujo campo temático, até então, se restringia ao econômico”.

Em tese, a experiência brasileira, promulgada como sustentável, contrastaria não só com a asiática – objeto de controvérsia pela devastação de florestas e meios de vida de grupos sociais locais (Butler & Laurance 2009, Wilcove & Koh 2010) –, mas também com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que beneficiou grandes empresas de equipamentos e a monocultura latifundiária, e teve como resultado a ampliação da exclusão social, com condições precárias de trabalho e a invasão de áreas antes produtoras de grãos (Brasil 2003, Pedroti 2013) e de áreas conservadas usadas pelas comunidades tradicionais.

Flexor et al. (2019) reconhecem que houve, de fato, algumas experiências inovadoras no setor de agrocombustíveis no Brasil, cujo modelo propugnado, a partir de 2004, no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), contou com a participação de representações dos trabalhadores e teve como um dos seus componentes o incentivo à inclusão social, a ser viabilizada por empresas² por meio

1 Pesquisa financiada com recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

2 No PNPB, consta a promoção de inclusão social por meio de um mecanismo denominado de Selo Combustível Social (SCS), um incentivo à produção de oleaginosas para agrocombustíveis. Uma vez detentora do SCS, as empresas obtinham incentivos financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais instituições de crédito, direito à desobrigação de impostos e reserva na ordem de 80% do mercado de biodiesel. A condição era cumprir todas as obrigações previstas no PNPB com os agricultores integrados, entre as quais celebrar contrato e fornecer assistência técnica (Pedroti 2013).

do envolvimento de agricultores familiares como produtores de matérias-primas por contrato, com garantia de crédito, assistência técnica e mercado. No que diz respeito a essas características do programa, Abramovay e Magalhães (2007) já haviam evidenciado a importância do PNPB como política pública para a agricultura familiar e também para a diminuição dos efeitos poluentes com a redução de CO₂. A novidade, implantada para superar erros do passado, foi mobilizada sob a designação de inclusão social, a ser alcançada pela geração de emprego e renda, ou seja, pela via do mercado (Silva 2019).

Nas políticas públicas para, especificamente, a produção de agrocombustíveis, a alusão ao propósito da inclusão social é sucinta, mas o conteúdo aposta “na ligação dos pequenos agricultores com um programa agrícola orientado para o mercado e no aumento da renda como os mecanismos pelos quais a inclusão social deve ocorrer” (Kilham 2017: 358). Portanto, a proposta considera os pequenos agricultores, *a priori*, como excluídos e carentes de assistência externa especializada, e é pré-definida no seu propósito para superar a situação de exclusão. Tal pressuposto abstrai desigualdades sociais e históricas de poder nas sociedades e ignora que novas “desigualdades podem moldar ou ser reproduzidas por essas intervenções” (Hospes & Clancy 2012: 38), além de desconsiderar as opções e motivações dos agricultores e a necessária relativização da condição de inclusão e exclusão, como destacam os autores.

Mesmo nas ciências sociais e humanas, o termo “inclusão social” é utilizado de várias maneiras (Allman 2013: 7) e associado frequentemente à temática da ex-

clusão (O’Reilly 2005) e à reivindicação de mudanças sociais afirmativas a grupos societários historicamente considerados marginalizados (Silver 2015). Estudos alertam não só para a necessidade de considerar a singularidade dos grupos e de suas reivindicações no uso desta noção (Cameron 2006, Rawal 2008), como também para a possibilidade de autoexclusão (Hospes & Clancy 2012).

Análises específicas sobre inclusão social no âmbito do PNPB trazem diferentes conclusões. Nos primeiros anos do programa, Pedroti (2013) analisou, no arranjo institucional do PNPB, o alcance do objetivo da inclusão da agricultura familiar na cadeia de produção. Ele concluiu que os instrumentos institucionais do arranjo “não têm sido capazes de promover a diversificação do uso de oleaginosas e incentivar a aquisição de matéria-prima da agricultura familiar das regiões mais carentes do país” (Pedroti 2013: 57). Kilham (2017), por sua vez, comparou, no Brasil e no Timor Leste, como pequenos agricultores participam de programas para a produção de matérias-primas para biodiesel e como a incorporam nos seus meios de vida. A autora concluiu que o modelo marginaliza aqueles que têm a diversificação como opção. Em geral, a conclusão coincide com a de Gomes (2018) em um dos primeiros estudos sobre inclusão social em um município do Pará, mas, neste caso, a produção diversificada enfrentava problemas de comercialização, e a produção de dendê foi priorizada para tentar superar privações históricas e obter algum reconhecimento como “produtores com contrato”. Já Silva (2019), em estudo em três estados do Brasil, mostrou que

o PNPB foi mais bem apropriado por agricultores familiares mais capitalizados e com acesso à infraestrutura e serviços, mas foi excludente para os mais vulneráveis. Os estudos assemelham-se no resultado quanto à seletividade do PNPB, mas apenas Kihlham (2017) problematiza a noção de inclusão social em que se baseiam os idealizadores do PNPB, a qual não considera as relações de poder, as desigualdades e a predefinição do modelo a ser adotado por aqueles a serem incluídos na condição de produtores, o que acaba por resultar na insuficiência do programa em promover a almejada inclusão social.

Considerando o debate, o nosso objetivo neste artigo é analisar uma iniciativa de política pública que objetivou a inclusão social por meio da produção de dendê por contrato entre agricultores familiares e agroindústrias no nordeste do Pará. Mais especificamente, contrastamos a ideia prometida na política com a situação percebida e vivenciada pelos agricultores familiares após o envolvimento na produção da oleaginosa a partir de 2010.

2. METODOLOGIA

Recorrendo a Hospes e Clancy (2012), como referência central nas reflexões deste artigo, assumimos que o propósito da inclusão social no PNPB é baseado em ideias normativas e restritas sobre a

situação dos considerados excluídos, sem considerar as suas motivações para ser incluído (ou não). A inclusão social é tratada “como uma situação desejada e não como um processo” e, conseqüentemente, a ideia de inclusão social é assumida como boa (Hospes & Clancy 2012: 38). Dada a sua ambigüidade, ela é de difícil apreensão para técnicos e agricultores, como vimos na realização desta pesquisa. Mediante a dificuldade, traduzimos inclusão social por meio de categorias nativas³ que expressem processos de mudança em cujos percursos encontram-se possibilidades de mão dupla: “melhora para piora” e “piora para melhora”, percebidas por aqueles que têm contrato para a produção de dendê (Magalhães 2002).

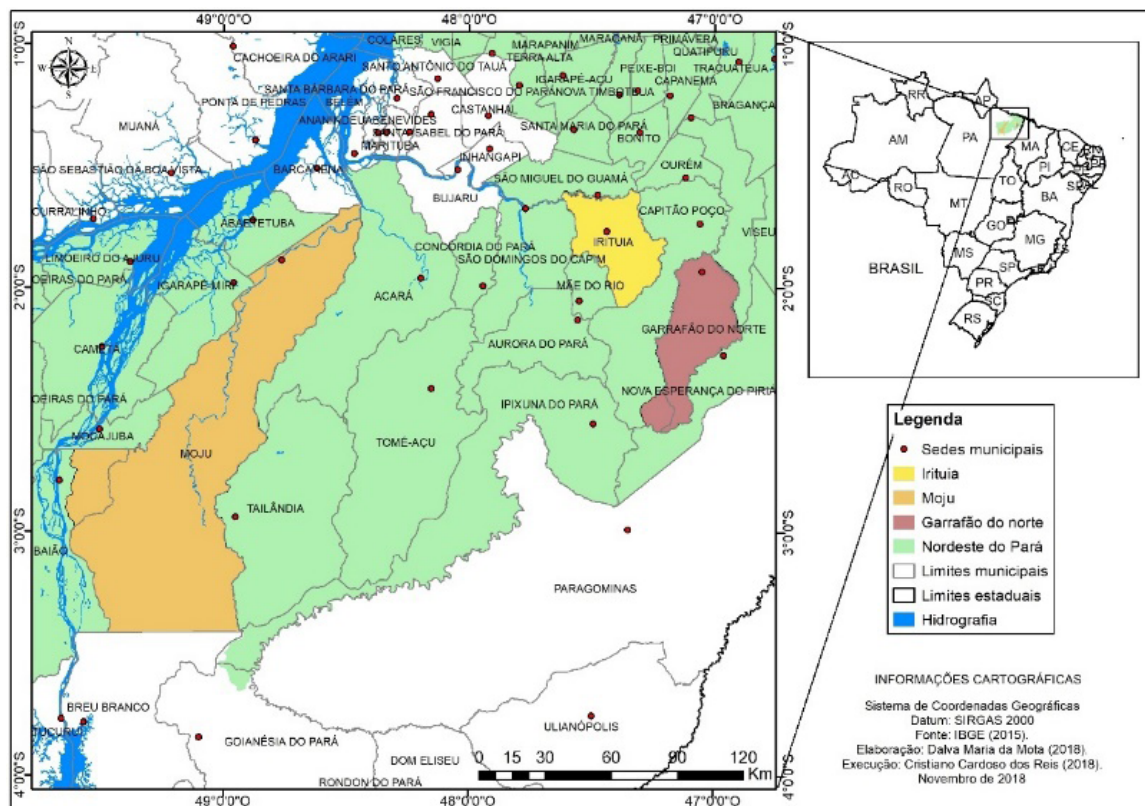
A pesquisa foi realizada em três municípios no nordeste do Pará (figura 1), mesorregião onde se concentra a produção de dendê, incentivada pelo PNPB a partir de 2004 e também pelo Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSOP)⁴ em 2010.

Os critérios para a seleção dos municípios foram: i) o fato de a expansão da dendeicultura ter tido como base a mesma política de inclusão social nos três municípios; ii) o ano de implantação da dendeicultura e as diferentes empresas que ali têm contrato com os agricultores; e iii) certas particularidades nos históricos de implantação da dendeicultura. Com relação a este último critério, cabe esclarecer quais fo-

3 “*Melhoria* é uma categoria nativa que diz respeito a uma série de fatores importantes para o desempenho social e econômico que vão desde a apropriação, localização, tamanho e qualidade da terra, até a rede social com a qual o grupo familiar se articula. No limite, melhoria é quase um ideal a ser perseguido e, conseqüentemente, a busca de *melhoria* é um direito a ser exercido em qualquer circunstância, por qualquer pessoa” (Magalhães 2002: 284. Grifos da autora).

4 Lançado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2010, destinou-se exclusivamente à palma de óleo e, mais particularmente, no Pará, objetiva regular a expansão da cultura na Amazônia por meio da disponibilização de recursos para o zoneamento agroecológico, pesquisa e crédito para os diferentes tipos de produtores.

FIGURA 1 – Mapa da área de estudo no nordeste do Pará, Brasil. Fonte: IBGE (2015).



ram as particularidades de cada um dos municípios: Garrafão do Norte, importante produtor de pimenta-do-reino no Pará, foi selecionado por ter aderido recentemente à dendeicultura e pelo otimismo de seus habitantes com relação a essa adesão; Irituia foi escolhido por ter uma agricultura diversificada, com importante viés conservacionista, e por ter resistência quanto à ocupação das áreas com dendê; por fim, Moju foi o terceiro município selecionado por ter uma trajetória de agricultura empresarial de produção de *commodities* (coco e dendê) e por ser referência como precursor na produção de dendê por contrato entre agroindústria e agricultores familiares.

Utilizamos abordagens qualitativa e quantitativa com uso de literatura e de dados secundários sobre: inclusão social na política pública; razões dos agricultores familiares para a integração; e diferentes dimensões da inclusão social (econômica, social e política). Os dados primários foram levantados a partir de indicadores definidos coletivamente por agricultores integrados, lideranças e pesquisadores em oito oficinas na região produtora de dendê (Ferreira et al. 2019) e com base na literatura (Hospes & Clancy 2012). Dados primários foram levantados por meio de entrevistas com formulário com 122 agricultores que têm contrato para a produção de

dendê com quatro diferentes empresas, e com entrevistas abertas⁵ para apreender os sentidos atribuídos pelos atores aos processos associados a “melhoras” e “piores” entre 2016 e 2019. Nos dois tipos de procedimentos, houve o apelo à memória dos entrevistados para qualificar o passado recente (antes da dendeicultura) e o presente (depois da dendeicultura), cabendo ressaltar que as reflexões sobre o passado trazem certa idealização porque os constrangimentos já não atuais (Halbwachs 1994). Com relação à análise e sistematização dos dados quantitativos, utilizamos estatísticas descritivas para quantificar fenômenos acompanhados por uma atribuição de notas por parte dos entrevistados para alguns indicadores (de um a dez) e percentuais para “melhora” e “piora”. Para análise dos dados qualitativos, valorizamos a individualização das experiências, mas também as suas semelhanças, considerando a trajetória dos entrevistados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: DIMENSÕES DA INCLUSÃO SOCIAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES QUE PRODUZEM DENDÊ SOB CONTRATO

3.1 AS RAZÕES PARA ASSINAR (OU NÃO) UM CONTRATO PARA PRODUZIR DENDÊ EM UM CAMPO DE DISPUTAS

Mesmo com a orientação de um modelo diferenciado (Abramovay & Magalhães 2007) para a expansão da dendeicultura no Pará, a iniciativa delineou-

-se num campo de disputas no qual atores públicos, representantes das empresas e de movimentos sociais e agricultores familiares tiveram papéis relevantes na construção de narrativas pró e contra a atividade. No foco das divergências, estava o modelo e os seus desdobramentos eivados por uma publicidade quanto às vantagens da atividade divulgadas por instituições públicas. Teve destaque, por um lado, o argumento do dendê ser de interesse exclusivo de empresas e, assim, priorizado em detrimento das demais culturas do estabelecimento, com risco de perda de autonomia e endividamento da família. Por outro, o argumento a favor dos agricultores porque havia a expectativa de melhoria de renda, acesso a serviços e dinamização da economia. O embate entre prós e contras ao monocultivo do dendê tem registro histórico no Pará, como mostra o estudo de Sacramento (2012) sobre a instalação de uma empresa na região de Moju, nas décadas de 1970 e 1980, e o de Tavares e Mota (2020) em Irituia, entre 2011 e 2012. Não obstante as divergências, há um consenso quanto a dificuldades de acesso a serviços e infraestrutura para viabilizar a produção agrícola⁶ e o bem-estar no campo no Pará.

Nos três municípios que tratamos neste artigo, as principais razões para aderir à dendeicultura pelos 122 entrevistados foram: esperança de bons rendimentos (85%), garantia de mercado (85%), finan-

5 Com 13 agricultores, 03 agricultoras, 06 lideranças sindicais, 04 funcionários do sindicato e 06 das empresas, além de 09 pesquisadores.

6 Em decorrência da crise no sistema de “corte e queima”, da podridão da mandioca, da falta de crédito, da insuficiência da assistência técnica e extensão rural e da falta de alternativas ocupacionais para os mais jovens.

ciamento garantido (61%), desejo de experimentar outro cultivo (34%), disponibilidade de terra (27%), entre outras. Como afirmou um agricultor: “um motivo para plantar dendê é que a empresa se responsabilizou de comprar o produto. A gente não tem aquela preocupação, de tipo, produzir e pagar transporte, levar, e ir atrás de comprador” (agricultor com contrato, 40 anos).

O conjunto de respostas indica diferentes razões para aderir a mudanças em um horizonte de 25 anos⁷, portanto, a serem vividas por diferentes gerações no estabelecimento, especialmente porque 70% dos que assinaram contrato têm mais de 40 anos e, entre estes, 22% têm mais de 60 anos. A relação entre decisão e idade do agricultor nos permite interpretar que se trata de um projeto de longo prazo para garantir um modo de vida e manter a família no estabelecimento e na atividade, mesmo que mudanças importantes possam ocorrer, já que se constata que a agricultura é uma atividade realizada crescentemente por produtores mais velhos (Flexor et al. 2019).

Respeitadas as especificidades e o contexto, este padrão também foi identificado por Bouttes, Darinhofer e Martin (2018) no estudo sobre a conversão da agricultura convencional para a agricultura orgânica na produção de leite na França. Os autores reconhecem que a agricultura não é somente uma atividade econômica, mas um modo de vida pelo qual os agricultores optaram. Na comparação, con-

sideramos, no entanto, duas diferenças centrais. Na agricultura orgânica, por um lado, os agricultores compartilham normas e valores em associações que os agregam. Por outro, os produtores de leite sentiram que a conversão reduziria seus riscos a longo prazo, já que a agricultura orgânica está alinhada às expectativas dos consumidores e às suas próprias quanto ao desejo de mudanças. No caso do dendê, havia desejo de mudança, mas não havia relação entre os agricultores e os consumidores, já que na dendeicultura os agricultores familiares estão em uma cadeia com produtores de grande escala, com diferentes inserções no mercado e influência nas definições da política (Hospes & Clancy 2012). Além disso, para os dendeicultores, ao contrário do que houve com os produtores de leite na França, os riscos não só aumentaram (inadimplência, falência de empresas, monocultivo) como são considerados persistentes, porque os produtores dependem exclusivamente de agroindústrias, sem esfera de negociação coletiva (Watanabe et al. 2017).

Estudo no Brasil sobre a adesão a uma agricultura por contrato realizado há mais de duas décadas aponta razões que não diferem daquelas por nós encontradas, quais sejam, ter uma cultura permanente com assistência técnica e ter mercado previamente garantido, porque “a situação de integração é antes de tudo uma situação de mercado. Ela modifica a oportunidade tanto de acesso do produtor aos insumos necessários quanto de colocação do produto final” (Paulilo 1990:

⁷ Tempo médio do ciclo produtivo do cultivo, a partir do qual se prevê a duração do vínculo contratual de integração entre agricultores e empresas.

36). Mais recentemente, Gaspari e Khatounian (2016), em um assentamento de reforma agrária, mostraram que os contratos de integração foram assinados também sob o argumento da segurança de mercado e porque os agricultores têm esperança de um futuro diferente, com crédito e assistência técnica. Ao conjunto de razões objetivas informadas, identificamos razões amparadas na possibilidade de ter uma ocupação para um dos membros da família, a exemplo de filhos recém-casados que não tinham atividade fixa e de mulheres que quiseram experimentar a integração via contrato independentemente da vontade do marido, como analisaram Nascimento e Mota (2020) em estudo de caso no qual 33% mulheres tinham esta condição. Ademais, ter acesso ao banco, participar de intercâmbios e manter contato com atores de outros universos, como os técnicos das empresas, também influenciaram em um contexto de baixa oferta de outras políticas públicas⁸.

As razões apontadas para não aderir ao contrato foram a dúvida quanto à coexistência da dendeicultura com a agricultura tradicional, o temor de endividamento e a inadequação do projeto para um pequeno agricultor produtor, entre outras razões. Neste particular, muitos agricultores não aderiram para não pôr em risco o que já faziam e, neste caso, identificamos a não participação por opção, como nos sugerem Hospes e Clancy (2012). É um ato de resistência à tentativa de homogeneização dos seus sistemas produtivos que, via de regra, primam pela

diversidade, mas também pela compreensão da desproporcionalidade de forças, como afirmou uma liderança que não aderiu: “tem o ditado ‘ninguém mete o prego sem estopa’”. As empresas têm seus interesses. Só que para a agricultura familiar quase não tem nada” (liderança sindical de São Domingos do Capim). A fala expressa uma compreensão quanto ao temor de agricultores familiares em serem apenas fornecedores de matéria-prima, sem protagonismo na cadeia produtiva.

Muito embora o PNPB especifique como propósito da inclusão social a geração de emprego e renda, as expectativas foram potencializadas para diferentes domínios da vida social em decorrência: i) das promessas no processo de arrematação de agricultores para integração (Guedes 2014) ou para a compra de propriedades para o plantio de monocultivos; e ii) da existência de um Protocolo de Intenções Socioambientais promovido pelo governo estadual em 2014, por meio de suas instituições, da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma), da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (Faepa) e outras instituições bancárias e de prestação de serviços para

(...) estabelecer parceria institucional entre o poder público e a iniciativa privada, visando criar condições que viabilizem, de forma objetiva e transparente, a execução de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da produção do óleo de palma, especialmente no que se refere à produção integrada de pequenos produtores da agricultura familiar (Pará 2014: 3).

⁸ A quantidade de entrevistados que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (2%), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (5%) e outras modalidades do Pronaf (21%) é ilustrativa do baixo acesso.

Em ambas as pautas, possibilidades de infraestrutura e serviços (empregos, habitação, educação, saúde, saneamento, esgoto, transporte rodoviário para conectividade terrestre) predominam, revelando o intuito da reorganização territorial local, tendo em vista que “a lista de reivindicações da Amazônia também sofre mudanças repentinas” (Little 2013: 59)⁹, em decorrência do conjunto diferenciado de interesses de atores e de suas relações com os recursos. Quem propõe as alterações tende a adquirir maior aprovação social para pôr em prática seus projetos, sobretudo diante da expectativa de que privações historicamente vivenciadas na região sejam amenizadas (Gomes 2018, Loureiro 2001).

3.2 OS AGRICULTORES QUE PRODUZEM DENDE SOB CONTRATO: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Estudiosos tratam dos agricultores familiares como um dos grupos pertinentes ao denominado campesinato na Amazônia (Costa 2000, Maneschy et al. 2008, Moreira & Hébette 2009). Segundo Harris (2006), uma das suas particularidades é a versatilidade por meio da persistente renovação e adaptação, que, em íntima relação com os recursos naturais e de outras naturezas, garantem a sua reprodução social, alicerçados em laços de parentesco e vizinhança.

Dos 122 agricultores envolvidos neste estudo, 75% residem nos estabelecimentos e 25%, na vila ou na sede municipal com as suas famílias. Estas têm, em média, quatro membros que residem em casas que são de alvenaria (85%) e de madeira (15%) e se declaram como católicos (71%), evangélicos (25%) e sem religião (4%). Do total, 80% têm escolaridade equivalente ao 1º grau incompleto (antigo primário e ginásio). Os entrevistados reconhecem que o grau de escolaridade é um entrave à leitura e compreensão dos termos dos contratos e das regras bancárias que os regem.

Os estabelecimentos têm tamanho médio de 43ha, com o menor medindo 10ha e o maior, 138ha, e se notabilizam pelo cultivo de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), para transformação em farinha, de pimenta (*Piper nigrum L.*), de açaí (*Euterpe oleracea Mart*) e de frutas em geral e, em alguns casos, pela pecuária, em sistemas de produção caracterizados pela grande dependência dos recursos naturais, com assistência técnica ocasional e participação em cadeias locais de comercialização. O tamanho das áreas cultivadas com dendê varia entre os estabelecimentos dos três municípios. Em Garrafão do Norte e em Moju, todos os estabelecimentos familiares contratados possuem 10 ha de dendê¹⁰, enquanto em Irituia esse número varia de 2,5 a 10 ha.

9 Como afirma o autor: “se os povos cujo modo de adaptação está ligado à floresta reivindicam políticas de proteção de seus territórios e uso sustentável da floresta, os novos imigrantes levantam reivindicações tipicamente urbanas, tal como mais empregos e habitação, melhores serviços de educação e saúde e mais projetos de saneamento e esgoto” (Little 2013: 59).

10 Como nos outros municípios, esta área pode aumentar caso o agricultor possua parentes que aceitem assinar outro contrato para que ele ou sua família assumam o plantio, ou quando determinada família desiste da sua produção.

Os contratos para cultivo de dendê estão em nome do proprietário do estabelecimento em 85% dos casos, e os demais em nome de outros membros da família nos três municípios. Destes, somente 12% têm mulheres como titulares contra 88% de homens, configurando uma proporção inferior à do Pará, onde as mulheres são titulares de 20% dos contratos.

3.3 DIMENSÕES SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DA INCLUSÃO SOCIAL: QUAIS AS EVIDÊNCIAS?

Considerando os limites para lidar com a normatividade da inclusão social no PNPB, a classificamos em três dimensões para fins analíticos – social, econômica e política –, segundo os indicadores construídos coletivamente com os agricultores, inspiradas em duas das três sugestões de Hospes e Clancy (2012)¹¹.

Com relação à dimensão social, selecionamos aspectos que dizem respeito à expressão de cidadania, às condições de conforto material nas residências, à satisfação com o uso do tempo, à avaliação do lugar onde vivem, à geração de trabalho para membros da unidade familiar e à avaliação dos serviços públicos. Os aspectos selecionados nem sempre têm relação direta com a dendeicultura, mas espelham como vivem os seus produtores e fornecem parâmetro para futuros estudos.

As condições de conforto material nas residências indicam “melhoria”, considerando que as casas possuem, em média, seis cômodos e, antes do cul-

tivo de dendê, possuíam cinco. No que diz respeito à água para consumo, houve melhoria para 13% e “piora” para 9%, associadas, no primeiro caso, à encanação e, no segundo, à poluição por uso de pesticidas em diferentes cultivos.

O estabelecimento persiste como lócus importante de produção de alimentos, com “melhora” para 22% e “piora” para 21% dos entrevistados depois do dendê. Para os demais 57%, não houve mudança. Há intensificação da compra de alimentos, expressa em notas quanto aos supermercados (de 4,8 antes para 5,3 depois do dendê), feiras (de 4,0 para 4,7) e mercearias (de 4,8 para 5,5). Em todos os casos, cerca de 30% dos entrevistados associam a intensificação à “melhora” pela diversificação dos alimentos consumidos, mas cerca de 7% a associam à “piora” porque a consideram uma ampliação da dependência externa, como mostra o depoimento abaixo:

A roça, eu dei uma parada, mas vou plantar de volta. Está com dois anos. Foi porque [com o dendê] é muito serviço, e a nossa condição é pouca, não dá conta, né? Tem que ser pouco serviço. Mais antes cuidar mais dele [do dendê] do que fazer muito e deixar tudo se perder, é pior deixar maltratado. Eu cuidei mais do dendê do que das outras coisas. Porque aí a gente tem um compromisso sério de serviço. Aí, quando eu preciso de um feijão, eu faço é comprar, a farinha, né? Quase tudo. O que vem da roça agora é pouco. Eu tenho plano, se Deus quiser, de plantar uma roça, uma coisa pra gente comer, um feijão. Vou deixar ele [o dendê] amansar mais, aí vou começar de novo. Não vou abandonar não. Ficar tirando só da taberna também é complicado (Agricultor com contrato, 55 anos).

¹¹ Os autores utilizam as dimensões econômica, política e cultural (Hospes & Clancy 2012: 27).

Os alimentos com incremento no consumo foram: arroz, carne, frango, farinha e feijão, com maior destaque para peixe, pão e biscoito. Os dados mostram que os agricultores estão inclusos em outras cadeias e redes de comercialização, mas não fornecem produtos para mercados institucionais.

Constatamos importante frequência da produção de alimentos no estabelecimento para 79% (os 22% que afirmaram que a produção melhorou e os 57% que disseram que permanece igual), apesar da política de inclusão ser somente para o dendê e não valorizar as culturas tradicionais. A iniciativa revela-se como uma estratégia de imposição de limites à dependência externa. O aumento da dependência, como analisam Hospes e Clancy (2012: 28), implica “perda de ganhos, perda de segurança de renda, reputação perdida, relações sociais enfraquecidas e menos acesso a informações ou ajuda em tempos de infortúnio”, porque os agricultores pertencem a redes locais, tanto de comercialização quanto de solidariedade, para superar privações, e estas têm papel central nas trocas.

A compreensão dos entrevistados sobre o trabalho na produção de dendê tem diferenças importantes. Para uns, é uma possibilidade para manter os filhos no estabelecimento, inclusive, em 68% das famílias, houve o retorno de algum membro para trabalhar. Para outros, há necessidade de contratação de trabalhadores ocasionais. Comparamos o volume e a penosidade do trabalho nos estabelecimentos. Ao volume, foram atribuídas as notas 6,6 antes de cultivar dendê e 7,8 depois; e à penosidade, foram

atribuídas 6,0 e 6,8, respectivamente. Assim, volume e penosidade aumentaram, 53% apontam “piora” quanto ao volume e 41%, quanto à penosidade; e 18% indicaram “melhora” simultânea de volume e penosidade em decorrência do uso de tratores e maior disponibilidade de mão de obra. Os entrevistados reconhecem que, para atingir as metas de produtividade estabelecidas, os afazeres tendem a aumentar, bem como o esforço para realizá-los, em especial nos primeiros anos de cultivo.

Ainda quanto ao uso do tempo, que, de algum modo, relaciona-se com o processo de trabalho para a produção de dendê, notas foram atribuídas à liberdade no uso do tempo para a realização do trabalho na agricultura antes (8,1) e depois do dendê (7,0), ou seja, segundo a própria percepção, os agricultores gozam de menor liberdade pela imposição de um itinerário técnico externo. Já quanto ao tempo de que dispõem para descanso, foi avaliado com nota 6,2 antes e 7,0 para depois de cultivar dendê. O tempo para atividades religiosas também aumenta, com nota 6,6 antes do cultivo de dendê e 6,8 depois, assim como as práticas de reciprocidades entre os vizinhos (6,8 contra 6,9). As atividades no dendezal são concentradas com picos de trabalho na limpeza e nas colheitas. Daí as diferentes notas, porque o volume e a penosidade são intensos, mas concentrados em fases mais curtas.

Na política pública que objetivou a inclusão social no PNPB, a geração de emprego é propósito central. Sem analisar a problemática do emprego em sua amplitude e complexidade, é consenso que, nos estabe-

lecimentos familiares, há maior demanda de trabalho, especialmente para homens (pai e filhos). Entre os entrevistados, 39% indicam “melhora” neste item. Para as mulheres (mãe e filhas), a intensidade da “melhora” e “piora” se mantém em balanço (8% e 10%, respectivamente), expressão da não priorização da dimensão de gênero na política. Não obstante a mudança quanto à maior ocupação dos homens, intensifica-se a diferenciação entre agricultores segundo as suas capacidades atuais e preexistentes, considerando que as intervenções voltadas para a inclusão social não reduzem facilmente diferenciações ou desigualdades já existentes (Hospes & Clancy 2012).

Por fim, as notas para a avaliação do lugar onde vivem é de 7,2 para a tranquilidade (com 20% de “melhora” e 32% de “piora” após o dendê) e de 5,6 para a segurança (com 16% de “melhora” e 29% de “piora” após o dendê). A primeira está associada ao silêncio, ao

dia a dia sem transtornos; a segunda refere-se a roubos e violência ocasionais, em alguns casos atribuídos aos migrantes que chegaram para trabalhar como assalariados, mas sem evidências concretas, e como parte do processo de diferenciação do outro, como analisado por Costa (2020). Ainda sobre a vida comunitária nas vilas, os entrevistados atribuem nota 6,5 ao lazer sob o argumento de que os jovens não têm opção, mas reconhecem “melhoras” de 28% após o dendê, provavelmente pela maior circulação de dinheiro localmente e de deslocamento para os igarapés, um dos divertimentos favoritos dos jovens. Uma das mais altas notas, 8,6, foi atribuída ao conhecimento dos vizinhos onde vivem, o que reforça a noção de uma sociedade de interconhecimento (Mendras 1978).

A comparação entre notas atribuídas ao acesso aos serviços e à infraestrutura pode ser vista no quadro 1.

QUADRO 1 – Percentuais e notas dos entrevistados antes e depois da integração

Serviço/ Infraestrutura	Avaliação (%)		Serviço/ Infraestrutura	Avaliação (Nota)	
	Antes	Depois		Antes	Depois
Energia elétrica	66%	88%	Rodovias	4,3	5,5
Água encanada	46%	72%	Estradas vicinais	3,4	4,0
Sanitário	54%	81%	Atendimento saúde	4,7	5,9
Rede de esgoto	4%	7%	Atuação setor público	4,3	4,8
Coleta de lixo	36%	36%	Atuação prefeitura	3,2	3,3

As notas dos serviços públicos depois do dendê para a coleta de lixo, as estradas vicinais e a atuação da prefeitura são as mais baixas. A avaliação melhora nos demais, mas chamamos a atenção

para o fato de que essa melhora não tem relação direta com a dendeicultura, mas com a atuação do Estado, conforme especifica o Protocolo de Intenções Socioambientais.

Os relatos dos entrevistados frequentemente mobilizam imagens que confrontam um passado de restrições com um presente de situações que seriam expressão de cidadania, de “conquista”, a exemplo de ter uma conta bancária, ser recebido por um gerente, ser considerado um produtor de dendê com contrato. A constatação se expressa com as notas alusivas à assinatura do contrato: 69% dos entrevistados disseram-se satisfeitos com a decisão e 31%, insatisfeitos. As decisões ocorreram em meio a controvérsias. Assim, para o agricultor, mostrar sua satisfação contribui para comunicar aos vizinhos que rejeitam o cultivo que ele agiu corretamente. Os insatisfeitos, por sua vez, têm diferentes argumentos, como a rejeição a mudanças no estilo de vida que a integração impõe, a frustração com os ganhos, o desrespeito aos compromissos assumidos por parte das empresas, entre outras razões.

Na dimensão econômica, consideramos as ações associadas à produção nos estabelecimentos e à participação em trocas comerciais e de ajuda mútua como iniciativas para a viabilização do cultivo de dendê. Analisamos a inserção dos agricultores e de suas famílias em diferentes circuitos econômicos, quais sejam de recursos financeiros, de produtos para o consumo alimentar e de insumos para a produção agrícola e de trabalho.

Todos os agricultores que assinaram o contrato tiveram crédito via Pronaf-Eco. Destes, 90% têm um contrato, 8% têm dois e 2% têm três. Cada contrato totaliza o valor máximo de 80 mil reais, desde que sejam cultivados 10 hectares. Embora a dotação de

crédito seja valorizada, lamenta-se que os demais cultivos não sejam incentivados financeiramente:

Porque tem gente que tem o projeto do dendê e não conseguiu pegar o Mais Alimento, não é? Que é o do custeio da mandioca. Tem o projeto do dendê, mas não conseguiu. O dendê é fácil, mas o da mandioca, que é o do pequeno produtor, já está mais difícil, o banco só está liberando para quem já tinha (Agricultor com contrato, 40 anos).

O depoimento é crítico quanto ao apoio do PNPB e do crédito em geral na região ser quase exclusivo para o dendê e só minoritariamente para os produtos tradicionalmente cultivados. Não há adaptação aos meios de subsistência e aos padrões de cultivo no nível local, nem, conseqüentemente, aos valores econômico-culturais dos integrados, o que evidencia limites da ideia de “melhora” (Hospes & Clancy 2012). Mesmo assim, ter acesso ao banco representou uma ruptura com condições anteriores, e 56% o qualificam como uma “melhora” e citam com muito orgulho o fato de ter falado com um gerente e de ter uma conta. Não obstante, o temor do endividamento é persistente.

O percentual dos agricultores que cultivam dendê há menos de cinco anos é de 31% em Garrafão do Norte e de 54% em Irituia, ou seja, seus cultivos ainda não estão no auge produtivo (cujo início ocorre a partir do oitavo ano). Apenas os agricultores de Moju os têm há mais anos, alguns até com 10 anos. O tempo de cultivo influencia na produtividade e, conseqüentemente, nos rendimentos auferidos, muito embora, numa escala de 1 a 10, os agricul-

tores de Moju tenham conformado uma média de 5,7 quanto ao atendimento das expectativas com a remuneração, enquanto os de Garrafão e de Irituia atribuíram, respectivamente, 6,5 e 7. A diferença, entretanto, não influenciou nas suas avaliações quanto à circulação de dinheiro nas vilas onde vivem, com nota 5,7 antes do cultivo do dendê e 6,6 após cultivo. Aliás, este é um dos mais significativos indícios de “melhora” para os entrevistados.

O cultivo do dendê sob contrato impôs um itinerário técnico que depende do uso constante de insumos, que, na maioria das vezes, são comprados em grosso e fornecidos pela empresa contratante como parte do negócio. Muito embora um maior volume de insumos seja usado, e os agricultores paguem por eles, as compras se dão em lugares distantes. No mercado local, ocorrem as compras menores que, sem dúvida, influenciam na avaliação sobre a circulação de dinheiro localmente.

O mercado de trabalho tem uma nova dinâmica com maior contratação de diaristas pelos agricultores para trabalhar, ocasionalmente, tanto no dendê (média de 2,5 trabalhadores por estabelecimento) quanto na roça (com uma média de 1,8, superior à de antes do dendê: 1,4), o que tem sido considerado como “piora” pela mobilização de recursos, que já são escassos. O percentual de famílias que contratava diaristas antes do dendê era de 57%, e o de depois é de 79%, enquanto 60% contratam para outras atividades.

Persistem os trabalhos de ajuda mútua. Em 25% das famílias, há membros que já participaram de mutirão no dendê, e, em 80% das famílias, há membros

que já participaram de mutirão em outras atividades. As iniciativas remontam a práticas preexistentes para intercambiar experiência e reafirmar os laços sociais de reciprocidade tão importantes nas sociedades de interconhecimento para lidar com adversidades, comemorações e fortalecer as amizades e alianças.

A expectativa de geração de empregos na dendeicultura foi uma das mais altas e perpassa diferentes grupos, entre aqueles que venderam as suas terras para as empresas, aqueles que têm contrato para a produção de dendê, os que não o têm e mesmo os que residem nas sedes municipais. Na escala de 1 a 10, os entrevistados atribuem nota média de 6,6 para o aumento de vagas de trabalho nas empresas; 5,4 nas sedes municipais onde se concentram os serviços bancários, comerciais e de lazer; 4,9 nos pequenos negócios como borracharia, mercearias e transporte (motoboys) nas vilas; e 3,5 nos estabelecimentos. Estima-se que 16 mil postos de trabalho foram criados (Brandão & Schoneveld 2015), mas que sofrem diminuição com a reforma trabalhista – Lei n. 13.467/2017 (Brasil 2017) –, cuja evidência tem sido demissões e contratações ocasionais, assinalando um processo que significou “melhora”, mas que se encaminha para “piora” (Mota et al. 2019c).

Os agricultores entrevistados são críticos quanto aos recursos que têm recebido pelo pagamento da produção e atribuem nota 4,0 para a quantia de que podem dispor após pagarem os compromissos. Assim, a renda advinda do dendê é, em média, baixa, e é destinada por ordem de importância aos cultivos de pimenta do reino e de mandioca,

criação de gado, educação dos filhos, alimentação da família, aquisição de bens duráveis e outros.

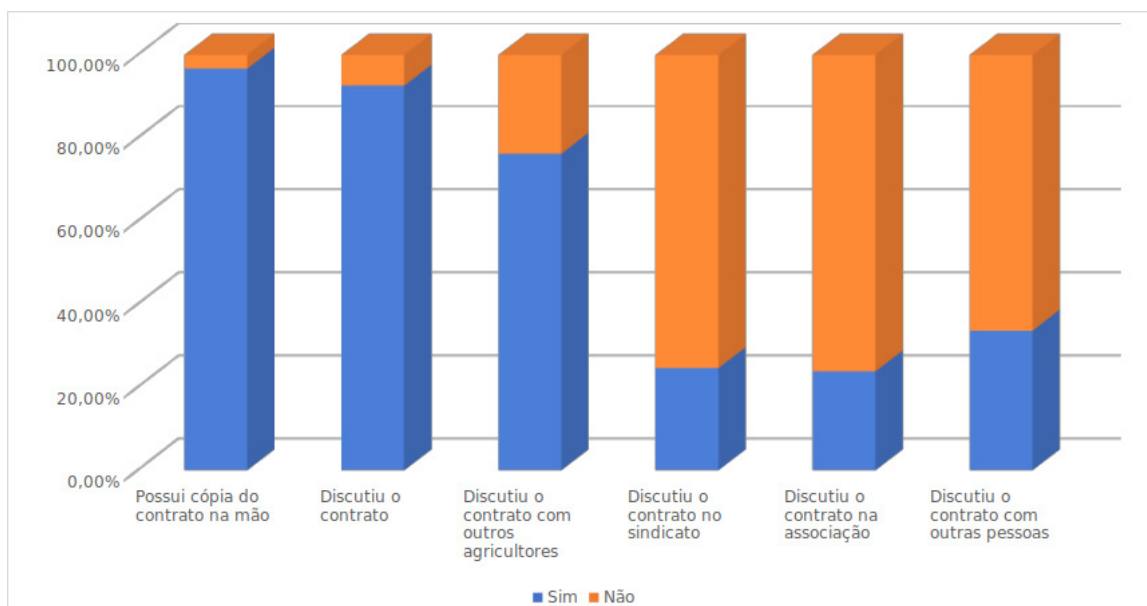
Segundo nossos dados, 53% dos entrevistados estão satisfeitos com a renda e com o fato de serem produtores de dendê, enquanto 25% estão insatisfeitos com os dois, e 19% insatisfeitos somente quanto ao fato de produzirem dendê. Os demais não responderam. Já a partir de dados das empresas, uma pesquisa constatou que, apesar do sucesso de 16,7% dos agricultores, a maioria (54,8%) não atende às expectativas de produtividade e corre grave risco de inadimplência, e destes, 12,5% têm chance de abandonar os plantios (Brandão et al. 2018). Os dois estudos abordam aspectos pontuais, quais sejam, a produtividade e a relação entre renda e satisfação, demarcando a necessidade de ampliação do escopo da análise, conforme o debate sobre o limite da no-

ção de inclusão social.

Compreendemos que a dimensão política da inclusão social diz respeito à participação dos agricultores em novos acordos e relações associativas e profissionais a partir de diferentes arranjos institucionais ou não, individuais ou coletivos. Nesta dimensão, o contrato simboliza um novo instrumento que mobiliza diferentes atores e relações, e é simultaneamente motivo de orgulho e preocupação.

Tomamos o contrato como um dos elementos centrais na arena de relações entre atores com poderes tão diferenciados econômica e politicamente. É a primeira experiência para 100% dos entrevistados com a agricultura por contrato. Diferentemente de informações que tínhamos, 90% têm o contrato em mãos, e a discussão do seu conteúdo ocorreu em diferentes esferas, como consta no gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Número de agricultores que têm o contrato e discutiu o seu conteúdo.



A discussão do conteúdo do contrato ocorreu por 85%, predominantemente com “outros agricultores” e “outras pessoas”, no âmbito das suas relações pessoais. Entretanto, os entrevistados persistem afirmando que não conhecem bem as cláusulas. Chamou nossa atenção que menos de 20% o discutiu no sindicato, espaço que deveria ser central na implementação do PNPB (Abramovay & Magalhães 2007), considerando o modelo original e a concordância com a política nos três municípios aqui analisados. Os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) não tiveram uma articulação quanto ao programa, e seus membros muitas vezes discordam sobre ele¹², mas também nem sempre entendem a fundo o PNPB. As discordâncias e tensões influenciaram na lacuna quanto ao debate e aos seus desdobramentos, a exemplo do processo de constituição de avalistas para o financiamento.

Se, por um lado, o acesso rápido ao crédito foi vivido como uma “melhora” e com otimismo, por outro, trouxe uma insegurança que atemoriza os agricultores: todos são titulares e avalistas porque a assinatura ocorreu em uma reunião, e quem estava presente assinou por si e por outro (nem sempre do seu círculo de confiança). A iniciativa é uma ruptura com práticas locais nas quais laços de confiança e interconhecimento balizam as decisões. Nesse sentido, para 37% dos entrevistados, há o receio de não conseguir pagar a própria dívida e a daquele que avalizou.

Na avaliação que fazem do contrato quanto à adequação à realidade do agricultor, os entrevistados atribuem nota 7,0 tanto para a forma de produção como para o uso do tempo. Direitos e deveres estipulados nos contratos entre empresa e agricultores obtiveram nota média 6,34 e 6,3, respectivamente. Quanto ao fato de a empresa exigir o cumprimento do contrato igualmente para todos, foi atribuída nota 7,6.

O universo de relações dos agricultores foi ampliado com a agricultura por contrato, o que influencia em relações diferenciadas entre quem planta dendê e quem não planta na mesma vila. Para quem planta, três novas arenas de diálogo e negociação se evidenciam com mais intensidade dentro e fora do estabelecimento. As relações se intensificam com os técnicos, que, a despeito de terem como função principal a de assistência técnica, atuam também no sistema de controle da entrega da produção, papel rejeitado pela totalidade dos entrevistados. No geral, 80% dos entrevistados atribuem nota média de 6,8 para a assistência técnica, mas 20% afirmaram não receber assistência técnica da empresa com a qual têm contrato. Dos primeiros, 82% informam que há um tratamento adequado com as suas famílias e que todos os agricultores são tratados da mesma maneira. Há que se considerar que, antes da integração, somente 19% dos agricultores recebiam assistência

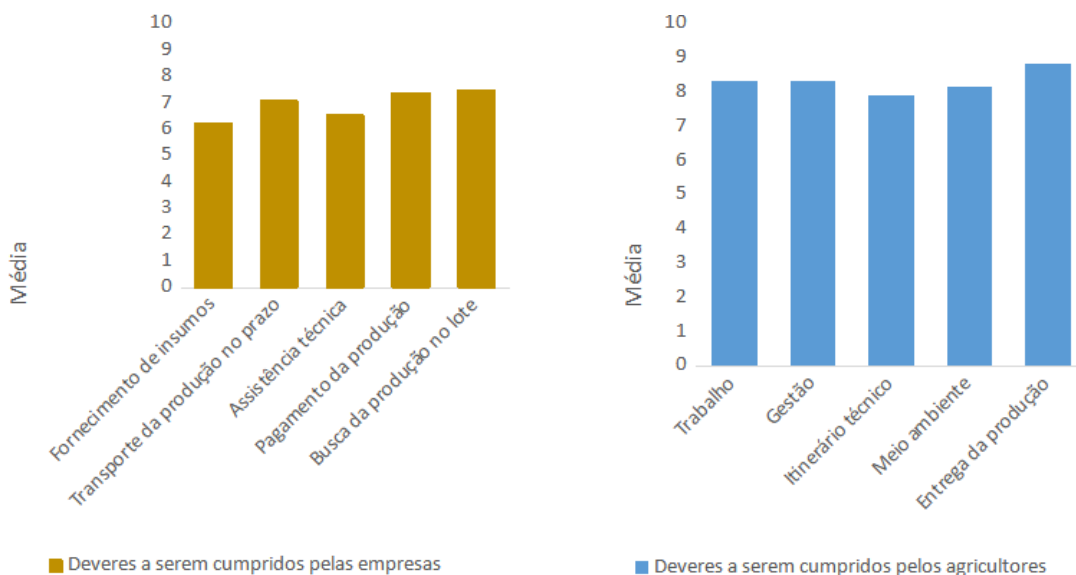
¹² Neste estudo, referimo-nos, principalmente, à atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Irituia, Garrafão do Norte e Moju ligados à Fetagri-PA, que tem atuação em 143 municípios do Pará. Os Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará (Fetraf-PA), não tinham uma representação local nos três municípios paraenses estudados no decorrer da pesquisa.

técnica da Emater, do sindicato, prestadoras de serviço ou de prefeituras. Não obstante, 76% dos agricultores consideram que recebem poucas visitas dos técnicos, e 94% afirmam que a assistência técnica é somente para o dendê, motivo de insatisfação e questionamento do teor de uma política que prevê inclusão social por meio de uma parte da produção do estabelecimento (MDA 2011). Independentemente da avaliação que fazem, os agricultores reconhecem como “melhora” o fato de fazer parte de uma nova rede de contatos que possibilita novas aprendizagens.

Fora do estabelecimento, as relações com as empresas são predominantemente via mediação dos técnicos, portanto, eles têm simultâneas e conflituosas posições porque orientam, fiscalizam e levam queixas para as empresas, mas com poder limitado, pois eles próprios têm pouco acesso a di-

rigentes. Mesmo assim, na avaliação das relações dos agricultores com os técnicos, os entrevistados parecem sopesar muito mais a qualidade da relação no interior do próprio estabelecimento do que fora, ao mesmo tempo que evidenciam entender o poder limitado desses empregados. Na avaliação da relação com as empresas, os entrevistados atribuem nota 8,3 e afirmam que a empresa cumpre o que está previsto no contrato. Contudo, as suas notas não correspondem à avaliação geral quando anunciadas a partir de indicadores específicos, como a entrega dos insumos pelas empresas, a busca da produção dos agricultores em seus estabelecimentos e o transporte dos cachos de dendê no prazo. Comparativamente, eles atribuem melhores notas ao seu próprio desempenho quanto ao cumprimento do contrato, qual seja, 8,3 (gráfico 2).

GRÁFICO 2 – Percepção dos agricultores sobre o cumprimento do contrato por empresas e agricultores.



As diferentes atribuições de nota, com predominância de nota 7 para o cumprimento do contrato pela empresa e 8 para os agricultores, permitem analisar que há uma certa insatisfação com a empresa, reforçada nas suas falas quanto aos temas: entrega de insumos fora do período planejado, atraso na busca da produção e dificuldades para entender os cálculos quanto ao pagamento da produção. No entanto, para um dos entrevistados, há insatisfação de ordem geral, porque “falta compromisso da empresa” (agricultora integrada, 58 anos), e, para outro, porque “não entende os descontos” (agricultor integrado, 37 anos).

Reforça a nossa constatação a observância de que os entrevistados reconhecem existir conflitos com a empresa, aos quais atribuem nota 5,2 para o quesito resolução de problemas. Um entrevistado afirmou que “falta atendimento direto da empresa, não cumpre o estabelecido” (agricultor integrado, 58 anos), ou seja, são solucionados em apenas metade dos casos e, entre estes, 11% foram resolvidos diretamente entre o agricultor e a empresa, 18% por meio da intervenção de uma associação, e os demais não especificaram. Apesar das interações face a face, é indicada a lacuna de relacionamento direto com dirigentes, expressão da desigualdade de poder entre os diferentes atores que compõem a mesma cadeia produtiva. Como previram Hospes e Clancy (2012), os agricultores são exclusivamente fornecedores de matéria-prima e com poucas oportunidades para expressar suas opiniões, quer sejam individuais, quer sejam coletivas. Mesmo que 62% dos entrevistados

sejam afiliados a associações, e 59%, aos sindicatos, a relação com as suas próprias representações é frágil e criticamente avaliada, com notas de 3,5 e 4,9, respectivamente, associando o primeiro ao atendimento médico e à aposentadoria, mas não a uma ação organizada para lidar com a empresa nas suas dificuldades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar uma iniciativa de política pública que objetivou a inclusão social por meio da produção de dendê por contrato entre agricultores familiares e agroindústrias no nordeste do Pará a partir de 2010. Mais especificamente, contrastamos a previsão explicitada no PNPB com a situação percebida por 122 agricultores familiares após o envolvimento na cadeia produtiva de agroenergia. Demonstramos, assim, a paradoxal generalidade (emprego e renda) e especificidade (somente econômica) da noção de inclusão da política, em contraste com a diversidade de mudanças que provoca no dia a dia daqueles diretamente envolvidos, por meio de um contrato de produção cujas consequências abarcam diferentes dimensões da vida local.

A noção de inclusão social é genérica e normativa – na descrição do PNPB – e de difícil assimilação pelos atores que vivenciam a política em campo. Na literatura, diferentes interpretações coexistem. Registra-se a ideia de que nem sempre a inclusão proposta é vantajosa e, por vezes, provoca a autoexclusão daqueles que se pretendiam incluir.

Para lograr a compreensão da ideia de inclusão social, adotamos as noções usuais entre os agricultores de “melhora” e “piora” e concluímos que, postas no horizonte temporal, justificam as suas razões para aderir ou não à produção de dendê. A “melhora” foi expressa por meio de financiamento, garantia de mercado, conquista de respeito, persistência na condição de agricultor e possibilidade de experimentar um novo cultivo. Já a “piora” refere-se ao temor da perda de autonomia, ao receio de endividamento e ao medo de que os resultados econômicos não compensem a escolha pelo cultivo de longa duração.

Quanto à dimensão social, no escopo que delimitamos para analisar agricultores que têm contrato, concluímos que as evidências de “melhora” e “piora” variam em intensidade e têm relação direta com a dimensão econômica. Assim, são sutis as “melhoras” para as evidências de conforto material nas residências (número de cômodos, água para consumo e para banho), assim como para o consumo de alimentos que seguem sendo produzidos no estabelecimento, porém com a intensificação de compra a terceiros. Podemos concluir que há maior variedade de produtos e que os industrializados passam a ser mais consumidos. Influenciam na mudança da pauta de consumo tanto a disponibilidade de renda quanto a diminuição do cultivo de produtos alimentares.

A maior ocupação dos membros da família no estabelecimento é um dos destaques nos indícios de “melhora” porque aciona um dos pressupostos da existência do grupo como agricultores familiares,

qual seja, a relação entre as unidades de produção e consumo. Mesmo assim, concluímos que a contratação de mão de obra aumentou e a participação das mulheres é minoritária, e que, na prática, persistem os princípios da divisão sexual do trabalho quanto a trabalhos de homens e de mulheres e suas hierarquias. Ademais, não há, por parte da política, nenhuma iniciativa específica para a equidade.

Na apreciação sobre a vida local, há contraste entre a satisfação com a tranquilidade e a preocupação com a segurança. A primeira, como um fenômeno local, e a segunda, como um fenômeno envolvente e ameaçador que ocorre pelas idas e vindas de pessoas, principalmente desconhecidas, atraídas pelas novas atividades. Consensos se formam quanto à importância do interconhecimento.

Na dimensão econômica, concluímos que foi intensificada a participação dos agricultores e familiares em diferentes circuitos, com destaque para o mercado financeiro pelo acesso ao banco e para a criação de novas vagas de emprego. Paralelamente, ampliam-se dependências do mercado de insumos e de assistência técnica, sob domínio das empresas. A condição de autonomia, tão cara aos agricultores familiares, é posta em questão. Em contraste, o lucro da produção não alcança as expectativas e permite pouco investimento após pagar os custos de produção. Mesmo assim, é investido na diversificação das atividades no estabelecimento.

Sob a dimensão política, duas conclusões merecem destaque. A primeira é de que as relações relativas à execução da política pública suplantaram as

relações preexistentes nas associações e nos sindicatos. A segunda é de que a assinatura do contrato e a vivência das relações decorrentes da integração ocorrem em um grupo seletivo de agricultores familiares integrados e que entram em contato para viabilizar a produção. Há, assim, intensificação da diferenciação entre membros de um mesmo grupo ocupacional e identitário. As relações se intensificam na escala profissional com fins produtivos e financeiros entre técnicos da assistência técnica, agentes bancários e agricultores que produzem dendê. Novos acordos, compromissos e tensões balizam as relações, mas há uma concentração nas resoluções face a face em detrimento das representações de classe, que, concluímos, enfraquece a capacidade argumentativa pelo isolamento a que se sujeita o agricultor na negociação.

Depreendemos, do mesmo modo como constataram Hospes e Clancy (2012), que a iniciativa de política pública via PNPB é parcial porque não considera o contexto associativo, o conjunto de atividades do estabelecimento e os valores econômico-culturais dos agricultores, tampouco o protagonismo dos diferentes membros da família, em especial, das mulheres. Essa forma de conceber a noção de inclusão social como via de mão única produz efeitos práticos aos sujeitos tidos como excluídos, mas cabe a eles adequarem-se às exigências impostas (Cameron 2006) com todos os riscos.

Para finalizar, compreendemos que a situação dos agricultores a partir da adesão ao contrato para a produção de dendê não é percebida de forma

homogênea em decorrência do teor unilateral do incentivo (somente dendê), das suas expectativas, das condições objetivas (tamanho da área, sistema de produção, força de trabalho, perspectivas etc.), do tempo de contrato, do tipo de atuação da empresa, da experiência com outras políticas, entre outros aspectos.

Tanto os dados quantitativos quanto os qualitativos nos permitem interpretar que os entrevistados expressam sentimentos críticos quanto à ausência do Estado, quer seja na infraestrutura e nos serviços, quer seja nas políticas públicas a que os entrevistados têm acesso ocasionalmente, a exemplo do crédito e da assistência técnica. A desesperança é um tema importante na pauta de qualquer ação pública que almeje mudanças.

Mesmo que sejamos críticos à noção de inclusão social pela sua generalização, o nosso esforço na pesquisa foi criar parâmetros para qualificar processos promovidos pela política pública, sem desconsiderar as ressignificações desta pelos agricultores para romper com a condição de exclusivos fornecedores de matéria-prima. É importante compreender as medidas já existentes e propor alternativas que subsidiem os agricultores diante da nova realidade vivenciada.

5. REFERÊNCIAS

Abramovay, Ricardo e Magalhães, Reginaldo. 2007 (22 a 27 de julho). O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais [Apresentação de trabalho], in *Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial (AIEA2)*. Londrina/PR.

Allman, Dan. 2013. The Sociology of Social Inclusion. *SAGE Open*. (1): 1-16. <https://doi.org/10.1177/2158244012471957>.

Bouttes, Maëlys; Darnhofer, Ika e Martin Guillaume. 2018. Converting to organic farming as a way to enhance adaptive capacity. *Organic Agriculture*. 9(2): 235-247. <https://doi.org/10.1007/s13165-018-0225-y>.

Brandão, Frederico e Schoneveld, George. 2015. *The state of oil palm development in the Brazilian Amazon: trends, value chain dynamics, and business models*. Bogor: CIFOR (WorkingPaper, 198).

Brandão, Frederico; Schoneveld, George e Pacheco, Pablo. 2018. Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia brasileira: análises e recomendações. *Infobrief CIFOR*. (207): 1-6. <https://doi.org/10.17528/cifor/006849>.

Brasil. 2003. Casa Civil. *Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal – Biodiesel como Fonte Alternativa de Energia, Anexo II: Atas das reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial*. Grupo de Trabalho Interministerial Biodiesel.

Brasil. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. (2017, 13 julho). Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.

Butler, Rhett e Laurance, William. 2009. Is oil palm the next emerging threat to the Amazon? *Tropical Conservation Science*. 2(1): 1-10. <https://doi.org/10.1177/194008290900200102>.

Cameron, Angus. 2006. Geographies of welfare and exclusion: social inclusion and exception. *Progress in Human Geography*. 30(3): 396-404. <https://doi.org/10.1191/0309132506ph614pr>.

Costa, Francisco de Assis. 2000. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA.

Costa, Raquel de Jesus. 2020. “Um conhecido estranho”: transformações no lugar de morada e nas relações de sociabilidade sob influência da dendeicultura na vila Forquilha, Tomé-Açu/Pará. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém.

Ferreira, Maria do Socorro Gonçalves; Mota, Dalva Maria da; Coudel, Emilie Suzanne; Schmitz, Heribert; Vieira, Paulo Roberto e Alves, Livia de Freitas Navegantes. 2019. *Construção participativa de indicadores de inclusão social de agricultores familiares na dendeicultura no estado do Pará*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. (Documentos 446).

Flexor, Georges; Kato, Karina Yoshie Martins; Delgado, Nelson Giordano e Leite, Sergio Pereira. 2019. A experiência da Petrobras Biocombustível no semiárido brasileiro e os desafios do desenvolvimento inclusivo, in *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Organizado por Leite, Sergio Pereira e Bruno, Regina, pp. 269-296. Rio de Janeiro: Garamond.

Gaspari, Luciane Cristina e Khatounian, Carlos Armênio. 2016. Características das famílias, estruturação da produção e estratégias de comercialização em um assentamento de reforma agrária. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 54(2): 243-260. <http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540203>.

Gomes, Dérick Lima. 2018. *Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém.

Guedes, Ana Claudia Filgueiras. 2014. Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará: estratégia de parceira das empresas Agropalma e Biopalma. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém.

Halbwachs, Maurice. 1994. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.

Harris, Mark. 2006. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo, in *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. Editado por Adams, Cristina; Murrieta, Rui e Neves, Walter, pp. 81-108. São Paulo: Annablume.

Homma, Alfredo Kingo Oyama. 2016. *Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. (Documentos 423).

Hospes, Otto e Clancy, Joy. 2012. Unpacking the discourse on social inclusion in value chains, in *Value chains social inclusion and economic development: Contrasting theories and realities*. Editado por Helmsing, Bert e Vellema, Sietze, pp. 23-41. Nova York: Routledge.

Kilham, Sarina. 2017. Farmers, autonomy and sustainable rural livelihoods: Biodiesel production in Brazil and Timor-Leste. Tese de Doutorado, Universidade de Tecnologia de Sydney, Institute for Sustainable Futures, Sydney.

Little, Paul. 2013. *Megaprojetos na Amazônia: uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia*. Lima: Red Jurídica Amazônica (RAMA); Articulación Regional Amazónica (ARA); Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR).

Loureiro, Violeta Refkalefsky. 2001. *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia*. 2. ed. Belém: Cejup.
Magalhães, Sônia Barbosa. 2002. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas, in *No mar, nos rios e na fronteira*. Organizado por Hébette, Jean; Magalhães, Sônia Barbosa e Maneschy, Maria Cristina, pp. 235-274. Belém: EDUFPA.

Maneschy, Maria Cristina; Maia, Maria Lúcia Sá e Conceição, Maria de Fátima Carneiro da. 2008. Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. *Novos Cadernos NAEA*. 11(1): 85-108. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i1.176>.

Mendras, Henri. 1978. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 2011. *Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial*. Brasília: MDA.

Moreira, Edma Silva e Hébette, Jean. 2009. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense, in *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidade*. Organizado por Godoi, Emilia Pietrafesa de; Menezes, Marilda Aparecida de e Marin, Rosa Acevedo, pp.187-207 (vol. 1). São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Mota, Dalva Maria da; Schmitz, Heribert e Mourão Jr., Moisés. 2019a. Oil palm cultivation in the Brazilian Amazon: State actions, interest groups and conflict, in *State capitalism under neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil*. Editado por Bonanno, Alessandro e Cavalcanti, Josefa Saete Barbosa, pp. 93-112. (vol. 1). Lanham: Rowman & Littlefield.

Mota, Dalva Maria da; Schmitz, Heribert; Gomes, Dérick Lima e Silva, Gizele Oeiras da. 2019b. Oil palm contract farming improves quality of life for family farmers in the Brazilian Amazon?, in *Exploring inclusive palm oil production*. Editado por Jezeer, Rosalien e Pasiecznik, Nick, pp. 78-84 (ETFRN News, 59). Wageningen: Tropenbos International.

Mota, Dalva Maria da; Balsadi, Otavio Valentim e Mourão Jr., Moisés. 2019c. Transformações na estrutura ocupacional do Norte do Brasil com foco na dendeicultura. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. 39(2): 289-312. <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.111>.

Nascimento, Diocélia e Mota, Dalva Maria da. 2020. Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 28(3): 721-743. <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-10>.

O'Reilly, Dermot. 2005. Social inclusion: a philosophical anthropology. *Politics*. 25(2): 80-88. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.2005.00232.x>.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). 2021. *Dados de produção*. FAOSTAT. <http://www.fao.org/faostat/>

Pará. 2014. *Protocolo de intenções socioambiental da Palma de óleo*. Belém: Governo do Estado do Pará.

Paulilo, Maria Ignez Silveira. 1990. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Pedroti, Paula Maciel. 2013. *Os desafios do desenvolvimento e da inclusão social: caso do arranjo político institucional do Programa Nacional de Produção do Biodiesel*. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA.

Rawal, Nabin. 2008. Social inclusion and exclusion: a review. *Dhaulagiri Journal of Sociology and Anthropology*. 2: 161-180. <https://doi.org/10.3126/dsaj.v2i0.1362>.

Sacramento, Elias Diniz. 2012. *As almas da terra: a violência no campo mojuense*. Belém: Editora Açai.

Silva, Maria Elza Soares da. 2019. A política pública do biodiesel e os desafios para a inclusão dos diferentes estilos de agricultura familiar no mercado dos biocombustíveis no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre.

Silver, Hilary. 2015. The contexts of social inclusion. *DESA Working Paper*. (144): 1-32. https://www.un.org/esa/desa/papers/2015/wp144_2015.pdf.

Tavares, Paula Isadora Egyto e Mota, Dalva Maria da. 2020. Bom para quem? As reações à dendeicultura por contrato na Amazônia paraense. *Sustentabilidade em Debate*. 11: 532-545. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v11n3.2020.31664>

Watanabe, Kassia; Paiva, Nunziata Stefania e Lourenzan, Ana Elisa Bressan Smith. 2017. Contract farming in Brazil – an approach to Law and Economics. *Revista Direito GV*. 13(1): 95-122. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201705>

Wilcove, David e Koh, Lian Pin. 2010. Addressing the threats to biodiversity from oil-palm agriculture. *Biodiversity and Conservation*. 19(4): 999-1007. <https://doi.org/10.1007/s10531-009-9760-x>.